

Ao
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

A/C: Sr.(a) Pregoeiro(a)

Assunto: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2022

A CENTRAL NACIONAL UNIMED – COOPERATIVA CENTRAL, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 02.812.468/0001-06 e registrada na ANS sob o nº 339679, situada na Alameda Santos, 1826 – Cerqueira César – CEP 01418-102, vem respeitosamente, com fulcro no Edital epigrafado, apresentar à V.Sa.

IMPUGNAÇÃO

Frente ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 06/2022, pelos fatos e fundamentos a seguir especificados.

I - TEMPESTIVIDADE

Considerando o que dispõe o 18.3 do Edital, o qual dispõe que “Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.”, e ainda, que a data de abertura do pregão é o dia 15/02/2022, resta devidamente comprovada a tempestividade desta impugnação.

II – OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2022 consiste na “A presente licitação tem por objeto a contratação de prestação de serviço continuado de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30% conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS

a. DO REAJUSTE DOS PREÇOS E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O item 8.4 do Termo de Referência (Anexo I), dispõe que o “Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, por acordo entre as partes, após decorridos os 12 (doze) primeiros meses da data de apresentação da proposta, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo, observadas as

disposições do art. 5º do Decreto 1.054/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que observada a compatibilidade dos preços finais com aqueles praticados no mercado.”

Já o item 8.8 do Termo de Referência (Anexo I), determina que “Os valores contratados poderão, ainda, ser revisados anualmente, por acordo entre as partes, após decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, desde que a sinistralidade apurada para o referido período seja superior a 75% (setenta e cinco por cento)..”

Inicialmente cabe esclarecer que, as operadoras, para aplicação do reajuste financeiro aos seus contratos coletivos empresariais, utilizam, como parâmetro, o índice obtido pelo cálculo da Variação de Custos Médicos Hospitalares (VCMH), percentual este que considera tanto a variação do preço médio por procedimento de saúde, quanto a variação da frequência de utilização dos procedimentos de saúde, o que permite efetivamente atualizar os preços.¹

O índice de **Variação de Custo Médico-Hospitalar (VCMH)**, também chamado de inflação médica, **expressa a variação do custo das operadoras de planos de saúde, comparando dois períodos consecutivos de 12 meses**. Ele considera a frequência de utilização e a variação dos preços de serviços como consultas, exames, cirurgias, tratamentos e internações.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – INPC, tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou seja, este índice não é adequado para a atualizar financeiramente os valores dos planos, que possuem em sua essência despesas e variações totalmente alheias aos custos da cesta de consumo.

Destaca-se que, por mais que a operadora apresente preço na licitação, considerando a variável relativa ao prazo para aplicação do reajuste, as outras situações certamente remeterão este contrato a um resultado desequilibrado economicamente, prejudicando a operadora e os beneficiários, o que não é recomendável, especialmente quando se trata de serviços de saúde.

Outrossim, além de exigida a aplicação do reajuste somente após 12 (doze) meses, pelo IPCA, não há possibilidade de ser avaliada anualmente a variação do custo x receita, ou seja, a variação do índice de sinistralidade que permita, ao final da análise, a aplicação de reajuste necessária, que permita ao contrato retomar sua situação de equilíbrio financeiro e econômico inicial.

Quanto ao índice de sinistralidade, as operadoras de planos de saúde adotam o percentual mínimo de 70% (setenta por cento), ou seja, se o resultado da variação entre a receita e as despesas assistenciais, essas entendidas como somente os custos dos serviços de assistência à saúde, for superior a 70% do valor da receita, poderá a operadora recompor os preços para que seja retomado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

¹ <https://www.vcmh.com.br/>

É certo que o disposto no Edital e anexos, observou as normativas a que estão submetidos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, porém, quando se trata de planos de saúde, pela sua especificidade e o alto grau de regulamentação e fiscalização interposto pela ANS, exige que as regras estabelecidas sejam flexibilizadas no sentido de se permitir a correta prestação dos serviços de saúde aos beneficiários a serem assistidos, combinado com o suporte econômico e financeiro que o segmento exige das operadoras.

Deste modo, as regras de reajuste previstas no contrato, prejudicam a licitante, sendo necessário que o Edital seja alterado para prever que a vigência contratual será de 12 (doze) meses, que o reajuste será aplicado após 12 (doze) meses de sua vigência, podendo a operadora aplicar o índice obtido pelo cálculo da **Varição de Custos Médicos Hospitalares (VCMH)**, bem como avaliar a sinistralidade de contrato e também reajustar os preços, caso as despesas assistenciais ultrapassem o limite de **70% (setenta por cento) da receita do contrato**.

b. GARANTIAS À CONTRATADA EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DA CONTRATANTE

O item 17.5 do Edital dispõe que no caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Não obstante, cumpre trazer à baila o art. 54 da Lei n.º 8.666/1993, que estabelece a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado no âmbito dos contratos administrativos.

Adiante, o art. 66 da Lei de Licitações determina que “o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial”.

Nesse sentido, verifica-se que o eventual descumprimento da obrigação de pagamento da Contratante deverá gerar as devidas consequências. No caso em quadra, caracteriza-se a mora por parte da Contratante. Em assim sendo, deverá ressarcir a Contratada no que tange aos ônus de mora, a saber: juros moratórios e multa moratória.

A necessidade premente de ressarcimento baseia-se no fato de que não pode a Contratada suportar o atraso do pagamento das parcelas sob pena de desequilíbrio da relação contratual. Ademais, a mora da Contratante culminada com a não incidência dos encargos devidos gera incondicionalmente o locupletamento sem causa desta.

Por fim, verifica-se que os percentuais referentes à multa e juros moratórios devem se dar, respectivamente, à razão de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e 0,033% ao dia.

Verifica-se que, impostos valores aquém do exposto, pode-se gerar para a Contratante situação de flagrante desequilíbrio, influenciando, em última análise, no equilíbrio econômico-financeiro da Contratada.

Por todo o exposto, faz-se necessária a adequação do item em comento, referente ao atraso no pagamento da parcela contratada por parte do Contratante, de modo a incidir multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 0,033% ao dia.

IV – DOS PEDIDOS

Em síntese, esta Impugnante requer, com fundamento no Edital e na legislação de regência, sejam analisados os apontamentos apresentados e sanadas as irregularidades contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2022, devendo o ato convocatório ser alterado, o que permitirá que esta CNU e possivelmente outras licitantes possam participar do certame promovido por esse Tribunal.

Pelo que PEDE DEFERIMENTO,

São Paulo-SP, 9 de fevereiro de 2022.

Atenciosamente,



CENTRAL NACIONAL UNIMED

Nivia Borges

Relacionamento e Negócios PME e Adesão / Licitações

nivia.borges@centralnacionalunimed.com.br

Fone: 11 3268-7406 / 11 97693-3163